Demonstrações Financeiras

BRK Ambiental – Araguaia Saneamento S.A.

31 de dezembro de 2022 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	∠
Demonstrações do resultado	
Demonstrações do resultado abrangente	
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	
Demonstrações dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



São Paulo Corporate Towers Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 Vila Nova Conceição 04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000 ev.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da BRK Ambiental – Araguaia Saneamento S.A. Redenção - PA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BRK Ambiental – Araguaia Saneamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da BRK Ambiental – Araguaia Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2023.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC-SP-034519/O

Emerson Pompeu Bassetti Contador CRC-1SP251558/O-0

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Nota				Nota		
Ativo	explicativa	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	explicativa	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	582	334	Fornecedores	10	815	3.916
Contas a receber, líquidas	6	2.050	2.187	Empréstimos e financiamentos	11.1	22.539	21.582
Tributos a recuperar		850	565	Passivo de arrendamento	11.2	502	455
Estoques		511	722	Salários e encargos sociais	12	659	672
Outros ativos		260	277	Tributos a pagar		766	483
	_			Outros passivos		511	405
		4.253	4.085	•	_		
						25.792	27.513
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber, líquidas	6	21	21	Passivo de arrendamento	11.2	324	716
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15 (a)	13.363	10.226	Partes relacionadas	14	316	13.980
Tributos a recuperar	12 (2)	730	577	Adiantamento para futuro aumento de capital	13	3.300	
Outros ativos		722	466	Provisões para contingências	16	17	84
	_			Benefícios a empregados	17	47	47
		14.836	11.290	1 1 3			
						4.004	14.827
Imobilizado		147	195	Patrimônio líquido	18		
Ativos de contrato	7	7.162	10.694	Capital social		65.596	36.398
Ativo de direito de uso	8	724	1.168	Prejuízos acumulados		(26.510)	(20.261)
Intangível	9	41.809	31.081	Ajuste de avaliação patrimonial		49	36
		04.070	54.400			00.405	10.170
		64.678	54.428		_	39.135	16.173
Total do ativo		68.931	58.513	Total do passivo e patrimônio líquido		68.931	58.513
	-			•			

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Receita líquida de serviços Custos dos serviços prestados	19 (a) 19 (b)	19.355 (20.446)	13.562 (14.187)
Pre juizo bruto		(1.091)	(625)
Despesas operacionais Gerais e administrativas Perdas de créditos esperadas	19 (b) 19 (b)	(3.772)	(3.621) (356)
Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras		(5.186)	(4.602)
Resultado financeiro Receitas financeiras Despesas financeiras	19 (c)	390 (4.597)	640 (2.927)
Resultado financeiro, líquido		(4.207)	(2.287)
Pre juízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(9.393)	(6.889)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15 (b)	3.144	2.342
Prejuízo do exercício		(6.249)	(4.547)
Prejuízo por ação básico e diluído de operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	18 (b)	(0,15)	(0,11)

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Prejuízo do exercício		(6.249)	(4.547)
ltens que podem ser susquentemente reclassificados para o resultado Obrigações com benefícios pós-emprego Efeitos fiscais	17 (c) 16.1	20 (7)	50 (17)
		13	33
Total do resultado abrangente do exercício		(6.236)	(4.514)

Demonstração das mutações no patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	-	Capital Social		Airete de	
	Nota explicativa	Subscrito	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Em 1º de janeiro de 2021		36.398	(15.714)	3	20.687
Resultado do exercício: Prejuízo do exercício			(4.547)		(4.547)
Outros resultados abrangentes Obrigações com benefícios pós-emprego	18 (c)			33_	33
Em 31 de dezembro de 2021		36.398	(20.261)	36	16.173
Resultado do exercício: Prejuízo do exercício			(6.249)		(6.249)
Outros resultados abrangentes Obrigações com benefícios pós-emprego	18 (c)			13	13
Total resultado abrangente do exercício			(6.249)	13	(6.236)
Transação de capital com os sócios Aumento de capital	18 (a)	29.198			29.198
Em 31 de dezembro de 2022	=	65.596	(26.510)	49	39.135

Demonstração do fluxo de caixa Exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	2022	2021
Ruxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(9.393)	(6.889)
Ajustes		
Depreciação e amortização	2.030	2.414
Amortização ativo de direito de uso	570	599
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	14	
Valor residual do ativo de direito de uso baixados	25	(300)
Perdas de créditos esperadas	323	356
Provisão para contingências	(48)	(89)
Margem de construção	(208)	(87)
Benefícios a empregados	16	22
Ajuste a valor presente ("AVP")	187	177
Juros e variações monetárias, líquidas	3.527	2.043
	(2.957)	(1.754)
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(186)	512
Tributos a recuperar	(438)	108
Estoques	211	135
Outros ativos	(239)	(200)
Fornecedores	(700)	1.031
Salários e encargos sociais	(13)	54
Tributos a pagar	283	405
Provisões para contingências	(19)	(22)
Partes relacionadas	2.623	2.073
Outros passivos	103	166
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades operacionais	(1.332)	2.508
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(2)	(51)
Adições ao intangível e ativos de contrato	(11.383)	(5.040)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(11.385)	(5.091)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Juros pagos de empréstimos	(2.179)	(1.196)
Amortização de arrendamento mercantil	(678)	(542)
Adiantamento para futuro aumento de capital	14.600	` ,
Partes relacionadas	1.222	1
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	12.965	(1.737)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	248	(4.320)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	334	4.654
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	582	334
•		

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A BRK Ambiental – Araguaia Saneamento S.A. ("Companhia"), foi constituída em 13 de setembro de 2012 com o objetivo social de operacionalizar os serviços de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário do município de Redenção no Estado do Pará.

A sede da Companhia está localizada na rua Q 79, frente para a rua 03, S/N, Setor Morada da Paz, Município de Redenção, Pará.

Em 19 de setembro de 2012, a Companhia assinou junto à Prefeitura Municipal de Redenção, o contrato de concessão para prestação dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário pelo prazo de 30 anos.

Os investimentos na recuperação e ampliação dos sistemas de água e esgotamento sanitário foram iniciados no primeiro semestre de 2013, assim como a geração de receita através de cobrança direta aos usuários do sistema.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo, no montante de R\$ 21.539 (2021 - R\$ 23.428), em função do saldo dos empréstimos e financiamentos classificados no curto prazo, no valor de R\$ 22.539 (2021 - R\$21.582), com vencimento em 01 junho de 2023. Para fazer face aos passivos de curto prazo, a Companhia conta com o acesso a recursos financeiros do controlador direto, BRK Ambiental para cumprir com as obrigações contratuais e financeiras de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia é parte integrante do Grupo Brookfield ("Grupo"), sendo controlada direta da BRK Ambiental Participações S.A. ("BRK Ambiental").

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 24 de março de 2023.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Outras informações

Em 2 de dezembro de 2022, a Administração da controladora BRK Ambiental submeteu o plano de alienação da totalidade das ações da Companhia para o Comitê Financeiro e de Investimentos. Em 15 de dezembro de 2022 a operação foi submetida e aprovada pelo Conselho de Administração da controladora BRK Ambiental.

Em 20 de dezembro de 2022, a controladora BRK Ambiental assinou o Contrato de Compra e Venda de Ações ("CCVA") da Araguaia para a Norte Saneamento S.A. ("Norte").

A concretização da operação ainda está sujeita à implementação de condições suspensivas e a expectativa da administração da BRK Ambiental é concluir a transação no decorrer do primeiro semestre de 2023.

(b) COVID-19

Com a evolução da COVID-19 em escala global, governos e autoridades ao redor do mundo implementaram medidas para combater o vírus. No Brasil, onde a Companhia atua, estas medidas tiveram seus efeitos principalmente a partir da segunda quinzena de março de 2020.

Foram realizadas avaliações sobre as estimativas contábeis, considerando os reflexos trazidos pela pandemia e a Companhia, não identificou efeitos financeiros e econômicos significativos decorrentes da COVID-19 nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

(c) Programa SOX

No exercício de 2022 houve a manutenção do Programa SOX da BRK Ambiental, do qual a Companhia foi parte integrante do escopo, com a contínua execução deste programa e sua incorporação à rotina de trabalho, não tendo sido identificadas deficiências significativas ou fraquezas materiais, em conformidade com as diretrizes da Seção 404 da Lei Norte-Americana Sarbanes-Oxley ("SOX"), que visa prevenir, detectar e tratar qualquer potencial inconformidade, com efeito material, relacionada às informações financeiras das empresas que compõem a BRK Ambiental, do qual a Companhia faz parte, garantindo maior confiabilidade às suas demonstrações financeiras.

(d) Programa de Compliance

A BRK Ambiental e suas controladas, incluindo a Companhia, estão comprometidas em realizar todas as suas atividades com integridade e com os mais altos padrões éticos e de transparência, tomando por base o total cumprimento de todas as legislações e regulamentações, nacionais e internacionais aplicáveis, e adotando uma postura de tolerância zero a atos de corrupção, discriminação e comportamentos antiéticos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dessa forma, a BRK Ambiental e suas controladas estabeleceram em sua governança corporativa a adoção de um Programa de Compliance, com reporte direto para a Presidência da Companhia, que determina as diretrizes que devem orientar as relações internas e externas de todos os funcionários, administradores, diretores, conselheiros e acionistas. Este Programa visa consolidar todas as iniciativas para a promoção e o fortalecimento da cultura ética e da integridade e para a mitigação de riscos por meio de mecanismos de prevenção, detecção e resposta de atos ilícitos e indesejados.

A BRK Ambiental é signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, que une empresas com o objetivo de promover um mercado mais íntegro e ético e erradicar o suborno e a corrupção. A BRK Ambiental também é signatária do Pacto Global das Nações Unidas, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), que busca mobilizar a comunidade empresarial internacional em prol de uma relação mais próxima com as áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

Em 2022, a BRK Ambiental e suas controladas, incluindo a Companhia, receberam a certificação ISO 37.001, que trata sobre o sistema de gestão antissuborno, reforçando mais uma vez a efetividade do Programa de Compliance e das práticas antissuborno e anticorrupção adotados.

(e) ESG: Impacto ambiental, social e práticas de governança

No primeiro trimestre de 2022, a BRK Ambiental submeteu seu programa de sustentabilidade ao ESG Risk Rating da Sustainalytics. O *rating* avalia o grau de robustez das práticas ESG da empresa. Mais de 15 mil empresas no mundo passaram por esse processo.

A BRK Ambiental obteve a melhor nota das Américas e a quarta melhor no mundo entre 60 empresas de saneamento, no ESG Risk Rating da Sustainalytics, organização internacional, que mede a exposição e o gerenciamento de riscos ESG das empresas.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Esta demonstração financeira foi preparada em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e são apresentadas em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

2.3 Contas a receber e perdas de créditos esperadas

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços e vendas de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos as perdas de créditos esperadas, calculadas com base na análise dos créditos e registradas no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber, quando aplicável, nota 3 (f).

O direito a faturar de clientes é classificado como:

(a) Contratos de concessão (Intangível)

A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada venda ou prestação de serviço, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

2.4 Estoques

Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas, e são avaliados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor de realização, sendo classificados no ativo circulante.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.5 Ativos financeiros e não financeiros

2.5.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial sob a categoria de mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados ao valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros e os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo.

2.5.3 *Impairment* de ativos financeiros e não financeiros

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data da emissão do balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment, são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa "UGC"). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para ativos financeiros, quanto para os não financeiros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.6 Intangíveis

(a) Sistema de água e esgoto

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecido conforme Nota 2.14 (b). O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia (Nota 3 (d)).

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Direito de concessão

O direito de concessão refere-se à outorga registrada na concessão no ativo intangível (Nota 9).

A amortização reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

(c) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirilos e fazer com que estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada.

2.7 Ativos de contrato

O Ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que os ativos se encontra em fase de construção.

2.8 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange: (i) o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos em financiamentos durante a fase de construção e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada período e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme a seguir apresentado:

Equipamentos de informática - 5 a 10 anos; Máquinas e equipamentos - 5 a 20 anos; Móveis e utensílios - 5 a 10 anos; Veículos - 5 anos; Edificações - 2 a 40 anos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas", na demonstração do resultado.

2.9 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, reconhecidas ao valor justo, sendo classificadas como passivos circulantes. A Companhia não possui riso sacado.

2.10 Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação das respectivas operações uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidas, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como despesa no período que são incorridos.

Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos, como atividade de financiamento.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.11 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

(i) Arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. (ii) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos de 2 a 23 anos.

(iii) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixo (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

2.12 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e adições ou exclusões temporárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25,00% de imposto de renda e de 9,00% para a contribuição social.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos correntes e diferidos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários que podem sofrer alterações, os tributos diferidos ativos são reconhecidos por ser provável que o lucro futuro tributável será compensado com os saldos de prejuízos fiscais e base negativa acumulados (Nota 3 (a)).

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data base das demonstrações financeiras.

2.13 Adiantamento para futuro aumento de capital

Os adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC") têm por finalidade exclusiva o aumento de capital social pelos acionistas da Companhia. A quantidade de ações a serem emitidas em decorrência da capitalização dos AFACs será determinada no momento da aprovação do aumento de capital pelos acionistas, não sendo, portanto, fixadas no momento da concessão.

2.14 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sidos atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

(a) Receita de serviços de água e esgoto

A receita de prestação de serviço de água e esgoto é reconhecida por ocasião do consumo de água e esgoto ou por ocasião do consumo de outras prestações de serviços. As receitas, incluindo a parcela não faturada, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

(b) Receita de construção

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura de cada contrato e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo intangível ou ativo financeiro, presente nos contratos de concessões públicas (ICPC 01 (R1) e OCPC 05), e nos contratos com arrendamentos financeiros (CPC 06 (R2)), já que a Companhia

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção.

A receita de construção é determinada e reconhecida, mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência. A margem de lucro utilizada em 2022 e 2021 é de 2,00% para os contratos de concessões públicas.

Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos e custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos formados (ativo intangível).

2.15 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas e cíveis) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.16 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia disponibiliza um plano de Previdência Complementar através de entidade fechada de Previdência Complementar. Uma Entidade sem fins lucrativos, que atua sob a forma jurídica de sociedade civil, aprovada pelo Ministério da Previdência Social, (conforme Portaria nº 1.719 de 23/12/1994).

O plano é estruturado na modalidade de contribuição definida, na qual o valor do benefício decorrerá sempre do saldo acumulado na conta de participante. A conta de participante é individual e constituída pelas contribuições dos integrantes, pelas contrapartidas da patrocinadora e pelo resultado dos investimentos.

(b) Outros benefícios pós emprego

A Companhia concede determinados benefícios de assistência à saúde ("plano de saúde") pósemprego aos funcionários elegíveis. O direito a esse benefício é condicionado à permanência do integrante no emprego até um tempo mínimo de vínculo e/ou idade de aposentadoria, estar em um plano de saúde regulamentado e ter sido contribuinte na manutenção do plano de saúde. O

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

custo do plano de saúde pós-emprego é arcado pelo funcionário através de emissão de apólice individual.

A Companhia reconhece as obrigações com benefícios pós-emprego correspondente ao valor presente das obrigações atuariais de longo prazo, originado pelo subsídio que é concedido pela empresa aos inativos, ou seja, correspondente à diferença entre o custo do beneficiário e sua contribuição ao longo do tempo.

As obrigações com benefícios pós-emprego são avaliadas em função dos cadastros individuais dos funcionários participantes (empregados ou aposentados), incluindo seus dependentes, dos custos dos planos de saúde e das hipóteses atuarias que projetam os benefícios futuros.

A Companhia acompanha as mudanças nestes cenários periodicamente, através de avaliação realizada por atuários independentes e, as remensurações compreendendo ganhos e perdas atuariais, são reconhecidas imediatamente no balanço patrimonial em contrapartida a outros resultados abrangentes no período em que ocorram.

(c) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada. A participação nos lucros tem como base os resultados alcançados pela Companhia e avaliação do desempenho individual do empregado, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa.

2.17 Pronunciamentos novos ou revisados em 2022

A Companhia revisou certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1). As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:

- Contrato Oneroso custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado vendas antes do uso pretendido; e
- Referências à Estrutura conceitual.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

2.18 Normas emitidas mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

CPC 50 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o CPC emitiu o CPC 50 - Contratos de Seguro, uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, o CPC 50 substituiu a CPC 11 emitida em 2005. O CPC 50 aplicase a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicamse algumas exceções de escopo. O objetivo geral do CPC 50 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos do CPC 11, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, o CPC 50 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco do CPC 50 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

O CPC 50 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também o CPC 48 e CPC 47 na mesma data ou antes da adoção inicial do CPC 50. Essa norma não se aplica a Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alterações ao CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o CPC emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente, se aplicável.

Alterações ao CPC 23: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o CPC emitiu alterações ao CPC 23, no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

As alterações não terão impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 26 (R1): Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o CPC ao CPC 26 (R1), no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As alterações ao CPC 26 (R1) são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações fornecem guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos destas alterações.

<u>Alterações ao CPC 32: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação</u>

Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao CPC 32, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o CPC 32, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A Companhia está atualmente avaliando os impactos destas alterações.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício , estão contempladas a seguir:

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

A Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; (iii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia.

Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela Administração da Companhia. Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. O prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro.

(b) Reconhecimento de receita de construção

A Companhia usa o método de custo acrescido de margem para reconhecimento das receitas provenientes de prestação de serviços de construção da infraestrutura dos contratos de concessão e tal método requer a uso de certas estimativas, conforme descrito na Nota 2.14 (b).

(c) Receita não faturada

A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. A definição dos valores das receitas ainda não faturadas requer a uso de certas estimativas, conforme descrito na Nota 2.3 (a).

(d) Vida útil dos ativos intangíveis

Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro.

Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

(e) Provisão e passivos contingentes

Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia estão ligada, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A administração da Companhia, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- Perda provável: são processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: (i) processos trabalhistas o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado pelos seus assessores jurídicos; (ii) processos tributários o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e (iii) demais processos o valor provisionado corresponde ao valor da causa.
- Perda possível: são processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável.
- Perda remota: são processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

A administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, consequentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa.

(f) Perdas de créditos esperadas

A Companhia registra as perdas de créditos esperadas em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis (Nota 6), com base na análise do saldo de contas a receber de clientes e de acordo com a política contábil estabelecida na Nota 2.3.

A metodologia para determinar tais perdas exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre os quais a avaliação do histórico de recebimento, ações comerciais, eventuais garantias contratuais, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas e vencimento da carteira de contas a receber.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar a fornecedores, e partes relacionadas.

Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos das empresas, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (especulativos e não especulativos) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(a) Risco de crédito

A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis é inerente ao modelo de negócio da Companhia, o que mitiga eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, predominantemente em bancos cuja classificação de rating é AAA, conforme avaliação das agências S&P e Fitch.

A exposição máxima ao risco de crédito é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, fundos restritos e contas a receber na data do balanço (Notas 5 e 6).

(b) Risco de liquidez

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros foram estabelecidas e são monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.2 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo.

Em benefício de sua gestão, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações para otimizar sua estrutura de capital.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e passivo de arrendamento (incluindo valores circulantes e não circulantes), conforme demonstrados no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

O índice de alavancagem financeira, correspondente à dívida líquida dividida pelo total do capital, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, podem ser assim sumariados:

	2022	2021
Total de empréstimos (Nota 11.1)	22.539	21.582
Passivo de arrendamento (Nota 11.2)	826	1.171
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(582)	(334)
	<u></u>	
Dívida líquida	22.783	22.419
Total do patrimônio líquido	39.135	16.173
	<u></u>	
Total do capital	61.918	38.592
	<u></u>	
Índice de alavancagem financeira - %	37%	58%

4.3 Estimativa do valor justo

Caixa e equivalentes de caixa são compostos, basicamente, por certificados de depósitos bancários e operações compromissadas, marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação. Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores a valor contábil, menos a provisão para perdas de clientes, estejam próximos de seus valores iustos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo mantido com partes relacionadas, tanto ativo quanto passivo, são apurados de acordo com condições negociadas entre as partes. As condições e informações adicionais referentes a estes instrumentos financeiros estão divulgadas na nota 13.

Os financiamentos estruturados contratados junto ao Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco") possuem características próprias e não há no mercado oferta de crédito às entidades em geral que se equiparem às condições definidas nos referidos contratos e, por esta razão, são considerados pelo valor nominal atualizado até a data do balanço.

A Administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

Os empréstimos e financiamentos estão classificados como Nível 2 na hierarquia de valor justo.

4.4 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

		2022		2021
Nota	Valor	Valor	Valor	Valor
explicativa	Contábil	Justo	Contábil	Justo
5	582	582	334	334
6	2.071	2.071	2.208	2.208
	2.653	2.653	2.542	2.542
	(815)	(815)	(3.916)	(3.916)
10.1	(22.539)	(22.635)	(21.582)	(21.552)
10.2	(826)	(826)	(1.171)	(1.171)
13	(316)	(316)	(13.980)	(13.980)
	(511)	(511)	(405)	(405)
	(25.007)	(25.103)	(41.054)	(41.024)
	explicativa 5 6 10.1 10.2	explicativa Contábil 5 582 6 2.071 2.653 (815) 10.1 (22.539) 10.2 (826) 13 (316) (511) (511)	Nota explicativa Valor Contábil Valor Justo	Nota explicativa Valor Contábil Valor Justo Valor Contábil

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Bancos conta movimento Aplicações financeiras (i)	213 369	334
	582	334

(i) O saldo de aplicações financeiras está representado, substancialmente, por Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), fundos de investimento e operações compromissadas predominantemente em bancos cuja classificação de *rating* é AAA, com liquidez imediata e remuneração relacionada à média ponderada sobre o rendimento das aplicações do período de janeiro a dezembro de 2022 de aproximadamente 100,6% do CDI – Certificado de Depósito Interbancário (2021 – 91,2% do CDI).

6 Contas a receber, líquidas

	2022	2021
Control o societa de disentes		
Contas a receber de clientes Concessões públicas	5.324	6.122
Perdas de créditos esperadas	(3.253)	(3.914)
	2.071	2.208
(-) Circulante	(2.050)	(2.187)
Não circulante (i)	21	21

Todas as contas a receber da Companhia são denominadas em reais e estão apresentadas líquidas de provisão para perdas de créditos esperadas.

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	2022	2021
A vencer	571	654
Vencidos		
Até 30 dias	527	492
De 31 a 60 dias	173	156
De 61 a 90 dias	99	87
De 91 a 180 dias	180	184
Mais de 181 dias	121	263
Valores a faturar	400	372
Total	2.071	2.208

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das perdas de créditos esperadas de contas a receber da Companhia é a seguinte:

	Saldo no início do exercício	Adições	Contas a receber baixadas por recebimento	Contas a receber baixadas como incobráveis	Saldo no final do exercício
Em 31 de dezembro de 2022	(3.914)	(689)	366	984	(3.253)
Em 31 de dezembro de 2021	(3.558)	(1.260)	904		(3.914)

7 Ativos de contrato

	2022	2021
Saldo no início do exercício (+) Adicões	10.694 8.952	3.699 6.943
(-) Transferências - ativo intangível (+) Outras movimentações	(12.484)	52
Saldo no final do exercício	7.162	10.694

O saldo refere-se à construção da infraestrutura para prestação de serviços de novas redes de água e esgotamento sanitário, com prazo de conclusão até junho de 2023.

8 Ativo de direito de uso

	Imóveis	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Custo Saldo inicial em 1º janeiro de 2021 Adições	299 87		270 313	719 484	1.288 884
Outras movimentações	(52)				(52)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	334		583	1.203	2.120
Amortização Saldo inicial em 1º janeiro de 2021 Amortização	(82) (89)	1 (1)	(52) (87)	(220) (422)	(353) (599)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	(171)		(139)	(642)	(952)
Valor contábil líquido	163		444	561	1.168
Custo Saldo inicial em 1º janeiro de 2022 Adições Baixas	334 47	14	583 30	1.203 55 (25)	2.120 146 (25)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	381	14	613	1.233	2.241
Amortização Saldo inicial em 1º janeiro de 2022 Amortização Baixas	(171) (83)	(11)	(139) (174)	(642) (302) 5	(952) (570) 5
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	(254)	(11)	(313)	(939)	(1.517)
Valor contábil líquido	127	3	300	294	724
Vida útil (anos)	2 a 23	3	5	4 a 5	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9 Intangível

	Sistema de água e esgoto	Direito de concessão	Softwares	Total
Custo de aquisição Saldo inicial em 1º janeiro de 2021 Outras movimentações	32.019	10.673	43 46	42.735 46
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	32.019	10.673	89	42.781
Amortização acumulada Saldo inicial em 1º janeiro de 2021 Amortização Outras movimentações	(5.408) (1.841)	(3.860) (517)	(42) (6) (26)	(9.310) (2.364) (26)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	(7.249)	(4.377)	(74)	(11.700)
Valor contábil líquido	24.770	6.296	15	31.081
Custo de aquisição Saldo inicial em 1º janeiro de 2022 Adições Baixas Transferências - Ativo de contrato	32.019 238 (520) 12.484	10.673	(18)	42.781 238 (538) 12.484
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	44.221	10.673	71	54.965
Amortização acumulada Saldo inicial em 1º janeiro de 2022 Amortização Baixas	(7.249) (1.618) 508	(4.377) (354)	(74) (8) 16	(11.700) (1.980) 524
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	(8.359)	(4.731)	(66)	(13.156)
Valor contábil líquido	35.862	5.942	5	41.809
Vida útil (anos)	5 a 30	6 a 25	5	

10 Fornecedores

A Companhia mantém contratos com diversos fornecedores e empreiteiros, os quais prestam serviços e fornecem materiais para operacionalização de prestação de serviços tratamento e distribuição de água e esgotamento sanitário.

	2022	2021
Aquisição de infraestrutura Serviços e materiais para operação	149 666	2.550 1.366
	815	3.916

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11 Empréstimos, financiamentos e passivo de arrendamento

11.1 Empréstimos e financiamentos

(a) Composição

	Encargos médios			
Modalidade	anuais	Vencimentos	2022	2021
Capital de giro	15,87%	jun/2023	22.539	21.582

(b) Movimentação

	2022	2021
Saldo no início do exercício	21.582	21.279
(+) Adição de juros (-) Amortização de juros	3.136 (2.179)	1.499 (1.196)
Saldo no final do exercício	22.539	21.582

11.2 Passivo de arrendamento

(a) Composição

Modalidade	Vencimentos	2022	2021
Passivo de arrendamento	jan/2023 a set/2042	826	1.171
Circulante		502	455
Não circulante		324	716

As principais classes de ativos nas quais a Companhia possui arrendamentos são: equipamentos de informática, veículos, imóveis e máquinas e equipamentos. A taxa de desconto utilizada nos arredamentos é a taxa incremental. Essa taxa é fixa na data do contrato e permanece inalterada durante todo o prazo do arrendamento, as taxas utilizadas variam entre 9,6% e 19,6%.

O saldo de passivo de arrendamento apresentado acima contém transações com a parte relacionada Ouro Verde Locação e Serviços S.A. ("Ouro Verde") no montante de R\$ 544 (2021 – R\$ 741).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Movimentação

	2022	2021
Saldo no início do exercício	1.171	1.004
(+) Adição de principal	146	884
(-) Baixas		(300)
(+) Remensurações		(52)
(-) Amortização de principal	(678)	(542)
(+) Amortização de AVP	187	177
Saldo no final do exercício	826	1,171
Saldo no iniai do exercicio	820	1.171

(c) Prazo de vencimento

	2022
2024	251
2025	2
2026	2
2027	2
2028	2
2029	2
2030	3
2031	3
2032	3
2033	4
2034 em diante	50
	324

12 Salários e encargos sociais

	2022	2021
Benefícios	7	1
Obrigações sociais	92	76
Provisões de férias	264	237
Participação sobre os lucros (i)	193	243
Salários a pagar	103_	115
	659	672

(i) Refere-se à provisão baseada na medição periódica do cumprimento das metas e resultado da Companhia, respeitando o regime de competência e o reconhecimento da obrigação presente resultante de evento passado, no montante estimado da saída de recursos no futuro. A provisão é registrada como custo dos serviços prestados ou despesas operacionais de acordo com a atividade do empregado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13 Adiantamento para futuro aumento de capital

(i) Composição

	2022
BRK Ambiental Participações S.A.	3.300
	3.300

(ii) Movimentação

	Outdo Iniciai	Adiçuo	Aporto	Ouldo IIIIai
BRK Ambiental Participações S.A.		14.600	(11.300)	3.300
Em 31 de dezembro de 2022		14.600	(11.300)	3.300

.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14 Partes relacionadas

(a) As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

				Passivo não circulante				Resultado
				Partes relacionadas		Despesas gerais e administrativas		Depesas financeiras
	Taxa efetiva de juros anual	Vencimentos	2022	2021	2022	2021	2022	2021
<u>Mútuo (i)</u> BRK Ambiental	CDI + 4,5%	dez/2025	53	2.009			(388)	(167)
Demais partes relacionadas (ii) BRK Ambiental			263	11.971	(2.027)	(1.985)	(409)	(372)
			316	13.980	(2.027)	(1.985)	(797)	(539)

- (i) Os contratos de mútuos mantidos entre a Companhia e sua controladora indireta representam transações usuais e recorrentes, tais como coberturas de déficits operacionais de caixa, realização de investimentos e cumprimento de obrigações financeiras previstas nos contratos de financiamentos. As remunerações e vencimentos desses contratos são apresentados na tabela acima, e sua classificação entre circulante e não circulante considera o prazo de vencimento estabelecido em cada contrato, conforme critérios gerais previstos no CPC 26. Em 29 de dezembro de 2022 a Companhia integralizou capital social através da capitalização de saldo em aberto de períodos anteriores no montante de R\$ 3.566.
- (ii) Refere-se, substancialmente, ao rateio de despesas, conforme contrato entre as partes, sem incidência de encargos financeiros e com vencimento indeterminado. Em 29 de dezembro de 2022 a Companhia integralizou capital social através da capitalização de saldo em aberto de períodos anteriores no montante de R\$ 14.331.

(a) Passivo de arrendamento partes relacionadas

O saldo de passivo de arrendamento apresentado no passivo circulante e não circulante, contém transações com a parte relacionada Ouro Verde no montante de R\$ 544 (2021 – R\$ 1.171), com vencimento em ago/2024.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(a) Composição, movimentação e expectativa de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos

Composição no balanço patrimonial (não circulante)	2022	2021
Ativo diferido	13.363	10.226

Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Conforme projeções elaboradas pela Administração da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a recuperação do ativo fiscal diferido e liquidação do passivo fiscal diferido existentes, conforme estimativa a seguir:

	2022
Ativo de imposto diferido	
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	15.943
Expectativa por ano de realização do ativo diferido é como segue:	
2023	245
2027	665
2028	1.523
2029	1.782
2030	1.950
2031	2.167
2032	2.370
Demais anos	5.241
	15.943
Passivo de imposto diferido	
Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de 12 meses	(2.580)
Expectativa de liquidação do passivo diferido é como segue:	
2023	(2.580)
	13.363

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os respectivos exercícios. Os referidos créditos são passíveis de compensações com lucros tributáveis futuros da Companhia, sem prazo de prescrição.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício, levando em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

		Reconhecido na demonstração do	Reconhecido diretamente no		
Ativo fiscal diferido	2020	resultado	patrimônio líquido	Outros	2021
Prejuizo fiscal e base negativa da CSLL Provisões Ajustes de RTT (Outros)	9.980 193	2.673 (64) (48)			12.653 129 (48)
Combinação de negócios (mais valia) Lei 966 - Obrigações com beneficios pós-emprego Arrendamentos CPC 06	479 24 23	(479) 9 81	(17)		16 104
Total ativo fiscal diferido	10.699	2.172	(17)		12.854
Compensação CPC 32	(2.798)			170	(2.628)
	7.901	2.172	(17)	170	10.226
Passivo fiscal diferido					
Receita e custo de construção concessões ativo intangível Capitalização de juros e custo de transação Combinação de negócios mais valia (ativo imobilizado e intangível) Demais diferenças temporárias decorrentes da lei 12.973	(154) (351) (2.725) 432	(18) 11 177			(172) (340) (2.548) 432
Total passivo diferido	(2.798)	170			(2.628)
Compensação CPC 32	2.798			(170)	2.628
		170		(170)	
Ativo fiscal diferido	2021	Reconhecido na demonstração do resultado	Reconhecido diretamente no patrimônio líquido	Outros	2022
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL Provisões	12.653 129	demonstração do resultado 3.044 (37)	diretamente no	Outros	2022 15.697 92
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	12.653	demonstração do resultado 3.044	diretamente no	Outros	15.697
Prejuizo fiscal e base negativa da CSLL Provisões Ajustes de RTT (Outros) Lei 9656 - Obrigações com beneficios pós-emprego	12.653 129 (48) 16	3.044 (37) 48 7	diretamente no patrimônio líquido	Outros	15.697 92 16
Prejuizo fiscal e base negativa da CSLL Provisões Ajustes de RTT (Outros) Lei 9656 - Obrigações com benefícios pós-emprego Arrendamentos CPC 06	12.653 129 (48) 16 104	3.044 (37) 48 7	diretamente no patrimônio líquido	Outros 48	15.697 92 16 138
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL Provisões Ajustes de RTT (Outros) Lei 9656 - Obrigações com benefícios pós-emprego Arrendamentos CPC 06 Total ativo fiscal diferido	12.653 129 (48) 16 104	3.044 (37) 48 7	diretamente no patrimônio líquido		15.697 92 16 138 15.943
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL Provisões Ajustes de RTT (Outros) Lei 9656 - Obrigações com benefícios pós-emprego Arrendamentos CPC 06 Total ativo fiscal diferido	12.653 129 (48) 16 104 12.854 (2.628)	3.044 (37) 48 7 34 3.096	diretamente no patrimônio liquido (7)	48	15.697 92 16 138 15.943 (2.580)
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL Provisões Ajustes de RTT (Outros) Lei 966 - Obrigações com beneficios pós-emprego Arrendamentos CPC 06 Total ativo fiscal diferido Compensação CPC 32	12.653 129 (48) 16 104 12.854 (2.628)	3.044 (37) 48 7 34 3.096	diretamente no patrimônio liquido (7)	48	15.697 92 16 138 15.943 (2.580)
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL Provisões Ajustes de RTT (Outros) Lei 966.6 - Obrigações com beneficios pós-emprego Arrendamentos CPC 06 Total ativo fiscal diferido Compensação CPC 32 Passivo fiscal diferido Receita e custo de construção concessões ativo intangível Capitalização de juros e custo de transação Combinação de negócios mais valia (ativo imobilizado e intangível)	12.653 129 (48) 16 104 12.854 (2.628) 10.226	demonstração do resultado resultado 3.044 (37) 48 7 7 34 3.096 (61) 13 528	diretamente no patrimônio liquido (7)	48	15.697 92 16 138 15.943 (2.580) 13.363
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL Provisões Ajustes de RTT (Outros) Lei 9656 - Obrigações com beneficios pós-emprego Arrendamentos CPC 06 Total ativo fiscal diferido Compensação CPC 32 Passivo fiscal diferido Receita e custo de construção concessões ativo intangível Capitalização de juros e custo de transação Combinação de negócios mais valia (ativo imobilizado e intangível) Demais diferenças temporárias decorrentes da lei 12.973	12.653 129 (48) 16 104 12.854 (2.628) 10.226 (172) (340) (2.548) 432	demonstração do resultado 3.044 (37) 48 7 34 3.096	diretamente no patrimônio liquido (7)	48	15.697 92 16 138 15.943 (2.580) 13.363 (233) (327) (2.020)

Os ativos de tributos diferidos são reconhecidos, para os prejuízos fiscais e diferenças temporárias, na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Reconciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro da Companhia, antes do imposto de renda e contribuição social, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto de renda e contribuição social nominal aplicável aos lucros, como segue:

	2022	2021
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social Alíquota nominal	(9.393) 34%	(6.889) 34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	3.194	2.342
Efeito das exclusões permanentes	(50)	
Receita de imposto de renda e contribuição social	3.144	2.342
Composição do IR e da CS: Imposto de renda e contribuição social diferidos de operações continuadas	3.144	2.342
Receita de imposto de renda e contribuição social	3.144	2.342
Alíquota efetiva	33,47%	34,00%

16 Provisões para contingências

As movimentações das provisões dos processos judiciais foram como segue:

	Reclamações cíveis	Contingências trabalhista e previdenciárias	Total
Em 1º de janeiro de 2022	84		84
(+) Provisões adicionais reconhecidas (incluindo juros e atualização monetária)	12	7	19
(-) Reduções decorrentes de remensuração e valores não usados, estornados	(67)		(67)
(-) Pagamentos	(12)	(7)	(19)
Em 31 de dezembro de 2022	17		17

O cálculo da provisão para contingências foi feito em consonância com o relatório das ações de natureza civil e trabalhista, com base na avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, e considera as ações nas quais a Companhia é réu e para as quais a classificação de perda é mais provável, ou seja, acima de 50% de probabilidade de ocorrência.

Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos judiciais em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre foi constituída.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Processos de natureza cível - Referem-se aos processos administrativos e judiciais, indicados como reclamações cíveis, que envolvem, principalmente, reclamações decorrentes de relação de consumo e responsabilidade civil, questões imobiliárias e ações que discutem o cumprimento de obrigações regulatórias, contratuais e demandas de natureza tributária e previdenciárias no montante de R\$ 113 (2021 – R\$ 744), representado por diversos processos.

Processos de natureza trabalhista - Referem-se aos processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista. Estes processos versam, principalmente, sobre verbas trabalhistas alegadamente não adimplidas reclamadas por empregados próprios e terceirizados, que se encontram em diversas instâncias judiciais, no montante de R\$ 716 (2021 - R\$ 0), representado por diversos processos.

Processos de natureza tributária - Referem-se aos processos administrativos e judiciais de natureza tributária. Estes processos versam, principalmente, à cobrança de tributos, questionadas em virtude da discordância quanto à autuação ou divergência de interpretação da legislação por parte da Companhia, no montante de R\$ 54 (2021 – R\$ 172), representado por diversos processos.

O Supremo Tribunal Federal ("STF") finalizou o julgamento, em 08 de fevereiro de 2023, dos recursos extraordinários RE nº 955227 (Tema 885) e RE nº 949297 (Tema 881), e consolidou o entendimento no sentido de que uma decisão definitiva (coisa julgada) obtida por determinado contribuinte sobre tributos recolhidos de forma continuada perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário posteriormente. Ainda, o STF não acolheu o pedido de modulação de efeitos da decisão, de forma que as autoridades fiscais podem cobrar os tributos que deixaram de ser recolhidos com base em tais decisões. A Companhia avaliou os efeitos reflexos desta decisão e não identificou processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte, por não possuir decisões judiciais que resultem na supressão de seus tributos, cuja matéria tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário pela Suprema Corte, em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. Adicionalmente, a Companhia entende que a decisão não possui aplicação direta ou reflexo na Companhia para a data base de 31 de dezembro de 2022 e continua monitorando a evolução do assunto.

Processos de natureza ambiental - Referem-se a processos administrativos e judiciais que envolvem, principalmente, reclamações decorrentes de obrigações de fazer e não fazer, com previsão de multa pelo descumprimento, além da aplicação de penalidades ambientais no montante de R\$ 20 (2021 – R\$ 19), representado substancialmente por autuações administrativas relacionadas a não cumprimento de termo de compromisso.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para defesa. Segue abaixo composição dos processos possíveis:

Natureza	2022
Cíveis	113
Trabalhista	716
Tributária	54
Ambiental	20
	903

17 Benefícios a empregados

17.1 Passivo atuarial

Plano de assistência médica pós-emprego

(i) Premissas atuariais

	2022	2021
Taxa de desconto - taxa real (NTN-B)	6,40% a.a.	5,30% a.a.
Taxa de inflação	4,25% a.a.	3,50% a.a.
Taxa de inflação médica	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Aumento por idade	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Taxa estimada de permanência no plano	15%	15%
Rotatividade	0,60 (Tempo de serviço +1)	0,60 (Tempo de serviço +1)
Tábua de mortalidade	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57
Idade para aposentadoria	100% aos 60 anos	100% aos 60 anos

(ii) Movimentação

	2022	2021
Saldo no início do exercício	47	70
(+) Adição de principal	16	22
(+) Adição de juros	4	5
(-) Remensuração de perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes	(20)	(50)
Saldo no final do exercício	47	47

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18 Patrimônio líquido

(a) Capital social

	%de participação			Capital social		Quantidade de ações	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	
BRK Ambiental Participações S.A.	100,00	100,00	65.595	36.398	158.166.337	41.782.022	

Em 29 de dezembro de 2022, a Companhia aumentou o capital social em R\$ 29.198, com a emissão de 116.384.315 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, sendo a capitalização de AFAC no montante de R\$ 11.300 e R\$ 17.898 por capitalização do saldo de partes relacionadas.

(b) Prejuízo por ação

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. Adicionalmente, a Companhia não mantém ações em tesouraria.

	2022	2021
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(6.249)	(4.547)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	41.792	33.488
Prejuízo básico por ação (em R\$)	(0,15)	(0,14)

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o prejuízo básico e o diluído por ação são iguais.

(c) Ajuste de avaliação patrimonial

Obrigações com benefícios pós- emprego

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi realizada a remensuração no montante de R\$ 13 (2021 – R\$ 33), através de avaliação realizada por atuários independentes, com os valores registrados em outros resultados abrangentes e as despesas foram registradas como despesas financeiras e despesas de serviços.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19 Resultado do exercício

(a) Receita

A reconciliação das receitas brutas auferidas é conforme segue:

	2022	2021
Operações		
Receita de água	9.671	10.023
Receita de es goto	432	406
Receita de construção	10.382	4.343
	20.485	14.772
Impostos e contribuições sobre serviços	(915)	(940)
Abatimentos e cancelamentos	(215)	(270)
	19.355	13.562

Nota

(b) Despesa por natureza

		Nota	
	explicativa	2022	2021
Observe the second second			
Classificadas por natureza:		(40.474)	(4.050)
Custo de construção (i)		(10.174)	(4.256)
Pessoal		4	
Remunerações		(2.005)	(1.956)
Encargos sociais e trabalhistas		(645)	(615)
Beneficios		(1.161)	(1.140)
		(3.811)	(3.711)
Materiais		(1.442)	(1.002)
Serviços			
Aluguéis e condomínios		(310)	(212)
Energia elétrica		(2.046)	(2.220)
Manutenções		(105)	(347)
Auditorias, consultorias e assessorias		(629)	(375)
Serviços pessoa física e jurídica		(527)	(616)
Outros		(101)	(64)
		(3.718)	(3.834)
Tributos, taxas e contribuições		(4)	(134)
Partes relacionadas	14	(2.027)	(1.985)
Seguros		(59)	(41)
Depreciação e amortização		(2.600)	(3.013)
Viagens		(318)	(206)
Perdas de créditos esperadas		(323)	(356)
Outras		(65)	374
		(24.541)	(18.164)
Classificadas por função:			
Custo dos serviços prestados		(20.446)	(14.187)
Gerais e administrativas		(3.772)	(3.621)
Outras despesas, líquidas		(323)	(356)
Outras despesas, injuidas		(323)	(330)
	_	(24.541)	(18.164)

⁽i) O custo de construção é composto, basicamente, por serviços de terceiros, mão de obra, materiais e outros custos necessários para formação da infraestrutura do contrato.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Resultado financeiro

	Nota explicativa	2022	2021
Receitas financeiras			
Rendimentos de aplicações financeiras		10	108
Variações monetárias		6	3
Multas por atraso de pagamento		173	183
Descontos condicionais obtidos			2
Juros sobre atraso de pagamentos		220	375
(-) Tributos sobre receitas financeiras (Pis e Cofins)		(19)	(31)
		<u> </u>	
		390	640
Despesas financeiras			
Juros e variações monetárias		(3.135)	(1.509)
Juros obrigações com benefícios pós emprego		(4)	(5)
Partes relacionadas	13	(797)	(539)
Ajuste a valor presente		(187)	(177)
Multa e juros por atraso de pagamento		(29)	,
Tarifa de arrecadação		` ,	(210)
Outras		(445)	(487)
Callac		(1.0)	(.0.)
		(4.597)	(2.927)
Resultado financeiro, líquido		(4.207)	(2.287)

20 Seguros

A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros e coberturas estabelecidas pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía seguros contratados, substancialmente, para a cobertura de prédios e instalações, garantias dos contratos assinados referente à prestação de serviços, além de cobertura de responsabilidade civil para riscos de engenharia, riscos operacionais e garantia de cumprimento de obrigações do contrato de concessão, resumidos como segue:

Tipo de cobertura	2022	2021
Garantia judicial	180	180
Garantia de contrato	8.210	8.210
Responsabilidade civil	50.000	50.000
Riscos operacionais	400.000	400.000
Responsabilidade ambiental	130.000	130.000,00
	588.390	588.390

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21 Operações que não afetaram caixa (demonstração do fluxo de caixa)

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram realizadas operações não envolvendo caixa nas demonstrações do fluxo de caixa, do qual demonstramos as principais a seguir:

Informações suplementares aos fluxos de caixa

ngivel

	2022
Total de adições do intangível e ativos de contrato (Nota 7 e 9)	9.190
Itens que não afetam caixa (ver composição a seguir)	2.193
Total das adições no intangível e ativos de contrato conforme demonstração do fluxo de caixa	11.383
Transações de investimento e financiamentos que afetaram o intangível e ativos de contrato, mas não envolveram caixa: Fornecedores a pagar Margem de construção do exercício	2.401 (208)
Total	2.193

* * *